

# Vivências corporais de pessoas com deficiência física<sup>1</sup>

Vanderléa Ana Meller\*  
Leomar Tesche\*\*

## Resumo

Neste artigo relatam-se resgates do estudo que investigou a representação de corpo expressa nos discursos de pessoas com deficiência física, que frequentam cursos superiores na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Na pesquisa reuniram-se as histórias de vida dos sujeitos envolvidos como principal instrumento empírico, procedendo a análise e interpretação qualitativa acerca da constituição subjetiva e das marcas impressas pelo discurso e o olhar do outro, na vivência corporal de cinco estudantes universitários com deficiência física.

Palavras-chave: Deficiência física. Corporeidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Expressar a vivência corporal traduz sentimentos e, principalmente, visões pessoais construídas na coletividade social. As relações estabelecidas, de acordo com os valores e padrões impressos, são refletidas nas marcas e representações determinadas às pessoas, de acordo com suas diferenças na constituição corporal. Nesse contexto, identificamos a corporeidade como movimentos investidos de sentido e significação do corpo enquanto construto social, cultural, histórico e biológico que estabelecem a inserção ativa e global do ser humano no mundo em que vive.

---

\* Professora, Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí); Graduação e Especialização em Educação Física; professora na Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Centro de Ciências da Saúde, Curso de Educação Física; Rua Uruguai, n. 458 – Centro, Itajaí, Santa Catarina; CEP 88302-202; vanderleameller@yahoo.com.br

\*\*Professor do Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí, no Curso de Educação Física – *Campus* de Santa Rosa, RS.

Valorizar a corporeidade humana é dar espaço para a expressão, não apenas das habilidades físicas do corpo, mas da historicidade, conceitos, relações, sentimentos e percepções envolvidas como resposta aos padrões de normalidade impostos culturalmente em nossa sociedade. Só assim, poderemos compreender os processos de constituição de corpo impressos na individualidade e coletividade. Ao darmos voz aos sujeitos, vislumbramos a alteridade.

Para Le Breton (2003), a relação estabelecida com o homem que tem uma deficiência é um campo útil para analisar a maneira pela qual um grupo social vive a relação com o corpo e com as diferenças. A sociedade produz um estigma a partir da deficiência do corpo, um motivo sutil para avaliação negativa da pessoa; tal avaliação e conceituação são expressas em inúmeros discursos e, conseqüentemente, compõem as representações.

Nesse sentido, para a compreensão do ser histórico, social e cultural, ao realizar nossos estudos, procuramos contemplar os universitários com deficiência física na totalidade da trajetória de vida. As experiências, no decorrer da vivência humana, dão-nos a compreensão geral de pessoas que, em razão do corpo com deficiência, tiveram inúmeras batalhas travadas na luta pela vida e direitos básicos, para a conquista de um espaço, como por exemplo, a universidade. Hoje, representam a minoria em relação aos milhões que não tiveram a oportunidade ou a garra de vencer os processos excludentes.

A compreensão da essência de concepções e representações de corpo pode ser evidenciada nas experiências das histórias de vida, as quais expressam o poder das relações que as constituiu nessas últimas décadas, uma fase de transição entre a extrema exclusão, para iniciativas de inclusão. Por intermédio das vivências, evidenciamos as marcas deixadas na sua constituição subjetiva enquanto sujeitos com deficiência física, que foram impressas e sentidas na vivência corporal em relação à sociedade, à família, às instituições, travadas na luta por direitos básicos e, principalmente, pela vida.

Os padrões impostos socialmente buscam a normalidade, estão tomados de interesses no sentido de moldar seres obedientes e disciplinados numa conduta regrada. A sociedade, de modo geral, o sistema de produção e trabalho, o sistema educativo desempenham inúmeras ações que consolidam essas metas. Muitas vezes, somos carentes de uma visão mais ampla do ser humano, de um corpo sujeito capaz de reagir contra prisões e relações de poder que o envolvem.

O corpo precisa ter a liberdade de agir de forma independente e estabelecer relações com os demais, num âmbito de igualdade de direitos, à liberdade de ir e vir, de sentir e agir, um corpo instigado a resistir à objetivação e a mecanização de forma expressiva e criativa mediante vivências construtivas. “[...] do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator.” (LE BRETON, 2006, p. 7). Por meio do corpo, o universitário com deficiência física envolve o mundo humanizando-o, concedendo ao mundo sentidos e valores por intermédio de todas as vivências que compartilha.

As pessoas com deficiência possuem uma constituição social impregnada de fatores que influenciam na constituição de seu ser, como individual ou coletivo, os quais dificultam a inserção social e a construção de suas próprias relações, pois fazem parte de uma sociedade que produz exclusão. Nessa perspectiva, Le Breton (2003, p. 86) argumenta:

A este, as sociedades ocidentais expressam implicitamente sua humanidade menor, sua alteração simbólica que exige um afastamento ou alguma prova. Em nossas sociedades, o homem que sofre de alguma deficiência física não é mais sentido como homem por inteiro; é visto pelo prisma deformante do distanciamento ou da compaixão. Qualquer alteração notável da aparência do corpo, qualquer transtorno que afete a motricidade ou a apreensão, suscita o olhar e/ou a interrogação e até mesmo de imediato, a estigmatização.

Um contexto reflexivo surge a partir dos fatos e conceitos que cercam o corpo, expressos nas concepções dos universitários com deficiência física, em busca de um caminho a ser explorado na busca por espaços de inclusão da vivência corporal na escola e na sociedade. Somos carentes de práticas que proporcionem o respeito mútuo, a afetividade, a sensibilidade, as potencialidades pessoais e a autonomia, anulando as ações em que operamos sobre o corpo a que Foucault (1987) chama de mecânica do poder. Essa mecânica define como ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determinam, as quais historicamente impõem, sobre o corpo da pessoa com

deficiência, o poder que o esquadrinha, examina, disciplina, retifica, normaliza, aprimora, transforma ou, simplesmente, mantém o descaso, não valorizando suas necessidades.

Mediante as histórias de vida percebemos que grandes dificuldades giram em torno das normas, exigências impostas pelos padrões sociais e culturais, também pela insuficiência de recursos para a efetiva conquista de direitos básicos e respeito ao corpo.

## 2 A EXPRESSÃO DA CORPOREIDADE

Analisar a dimensão da corporeidade nos instiga à percepção do corpo em sua totalidade, fornece-nos pistas de que é fundamental banir o dualismo herdado das antropologias, que define o corpo por meio de concepções fragmentadas<sup>2</sup>, as quais muito influenciaram ações em diferentes campos do saber. As vivências corporais dos universitários com deficiência física nos fazem perceber que o corpo é unidade sensitiva e expressiva de toda a dimensão humana. Não há manifestação humana que ocorra sem a intermediação do corpo. As relações que este corpo estabelece constitui a corporeidade.

Para Le Breton (2006), a compreensão da corporeidade deve ocorrer como fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e imaginários. Todas as ações que tecem a trama da vida cotidiana envolvem a mediação da corporeidade. É pela atividade perceptiva que o homem se desenvolve a cada instante, que lhe permite ver, ouvir, saborear, sentir, tocar e colocar significações precisas no mundo que o cerca. A corporeidade é o envolvimento do corpo como emissor ou receptor, que produz sentidos continuamente, os quais inserem o homem, de forma ativa, no interior de determinado espaço social e cultural.

Nesse contexto, destacamos que “[...] corporeidade é um termo abstrato, indica a essência do homem ou a natureza dos corpos.” (SANTIN, 1993, p. 52). As experiências corporais dos universitários com deficiência física revelam a corporeidade vivida pelo ser humano em seu cotidiano, seus significados e a importância de considerarmos o ser individual e coletivo, pois revela que a constituição física do corpo coloca em dúvida a essência e natureza desse

corpo, abalando as identidades pessoais. Evidenciamos a importância da “[...] observação das imagens de corpo que se constroem no imaginário social que, em última instância, são as que determinam a vivência corporal.” (SANTIN, 1993, p. 53).

Em nossa sociedade há uma tradição que representa e fixa identidades “deficientes”, disciplinando e docilizando os corpos mediante princípios, mecanismos que expressam normas, qualificam e nomeiam definindo marcas ao corpo, tornando-o incapaz. Como exemplo citamos as experiências de U5<sup>3</sup>:

[...] diziam para não votar em mim porque eu era deficiente e não ia ao banheiro sozinho, que eu iria fazer xixi no meu local de trabalho, que eu iria entrar de moto. Num dos últimos discursos eu disse para não votarem em mim porque eu era torto, aleijado, analfabeto e iria fazer xixi na calça, falei tudo o que tinham dito de mim e disse que quem tinha dito isso não gosta de pobre, de negro, dos diferentes e não gosta de ninguém e quer se eleger por interesse. Ainda retomei não votem em mim “Sim pela mente e não pelo corpo”, no final consegui ganhar. Eu estava tão indignado porque as pessoas que me conheciam sabiam que eu não iria fazer nada dessas necessidades, que se eu não pudesse ir ao banheiro eu pediria para alguém, mas eu era consciente, não por eu ter uma deficiência, mas por as pessoas me encararem como um deficiente incapaz e não digno de confiança.

A desvalorização da capacidade pessoal, em consequência do corpo com deficiência, ditada por relações de poder<sup>4</sup> provoca a desmoralização, a exclusão e reflete as representações impostas às pessoas com deficiência. Uma prática decorrente da “política de identidades” que “[...] se situa, pois, na interseção entre representação – como forma de conhecimento – e poder.” (SILVA, 2003, p. 33).

É a partir das formas do corpo que se definem capacidades, identidades e espaços, como se elas fossem, realmente, reveladoras do ser enquanto pessoa; “[...] fala-se então de ‘deficiente’ como se em sua essência o homem fosse um ser ‘deficiente’ ao invés de ‘ter’ uma deficiência.” (LE BRETON, 2006, p. 73). Assim, podemos constatar que esse autor sugere para nos referirmos à pessoa “com deficiência” e não “o deficiente”, a fim de construirmos uma imagem coerente de sua corporeidade.

[...] o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. (LE BRETON, 2006, p. 7).

Evidenciamos, por intermédio da fala de U5, que a superação de ser alguém com deficiência ocorre numa visão dualista corpo/mente. A busca da superação pessoal, mediante a capacidade mental, como compensação ao déficit do corpo. Com seus argumentos tenta reverter os conceitos depreciativos e provoca efeito contrário às argumentações, conquista a confiabilidade e atinge seus objetivos. Reflete a relação do corpo com deficiência e o mundo; a fisionomia caracterizada como aleijada e torta perante os olhos da sociedade. Luta por respeito diante das exigências sociais e padrões culturais da normalidade e, conseqüentemente, busca para si a normalidade imposta, tendo como principal desejo ser visto e tratado como ser humano. Para provar sua identidade humana, utiliza inúmeros argumentos que se referem à sua mente e seu emocional. Faz apelos para que a sociedade o aceite como é, não se incomode tanto com suas formas, deixe de exigir a perfeição corporal e evite os julgamentos pela forma de seu corpo.

Para Foucault (1979) a ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso com o objetivo de comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar fazem com que apareça a figura singular e individualizada que é o homem, como produção de poder, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. O corpo está envolto por discursos como relações de poder, por representações nas quais muitos padrões são impostos em sua estética, em seus gestos de acordo com a cultura.

Nesse contexto, as pessoas com deficiência física, ante a sua constituição de corpo, sofrem com o preconceito, as representações que determinam sua imagem, seus espaços e graus de utilidade. Desse modo, Louro (2004, p. 75) expressa:

Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e

ideais da cultura. Então, os corpos são o que são na cultura. A cor da pele e dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca [...] são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) marcas de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade. Podem valer mais ou menos. Podem ser decisivos para dizer do lugar social de um sujeito, ou podem ser irrelevantes, sem qualquer validade para o sistema classificatório de certo grupo cultural. Características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder.

A definição de anormalidade impressa ao corpo com deficiência, historicamente, define qual é o lugar das pessoas na sociedade, por meio de práticas que provocaram a eliminação, clausura, espaços restritos, disciplinamento e retificação. “Não há corpo que não seja, desde sempre, dito e feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias.” (LOURO, 2004, p. 81). O corpo é envolvido por discursos que têm origem em sua diferença, por ser o oposto da normalidade e “[...] para garantir a coerência, a solidez e permanência na norma, são realizados investimentos-continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de inúmeras instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, escolas [...]” (LOURO, 2004, p. 82).

Evidenciamos, na experiência de U5, exemplo de disciplinamento, imposição de utilidade e desrespeito às diferenças do corpo:

Quando cheguei na quarta série eu tive uma professora que costumo dizer que foi a Dona “jararaca”, que ela teve uma outra visão quando me viu sentado na minha carteira, recolheu os cadernos, ela logo falou que eu teria que acompanhar os demais e copiar tudo o que estava no quadro, se eu não conseguisse no tempo hábil ficaria na hora do recreio. Fiquei um ano sem recreio, disse ainda que eu teria que fazer caligrafia porque minha letra era pior do que eu, mais torta do que eu. Fiz centenas de cadernos de caligrafia e um guarda-roupa seria pouco para guardá-los. Eu fui para casa e contei para minha mãe e ela com seu coração de mãe, que viu seu filho crescer e querendo que estivesse bem, foi conversar com a professora. Ela relata que a professora disse que sabia que minha mãe sempre falava que queria fazer de mim um homem perante a sociedade e é nessas pe-

quenas coisas que eu iria aprender ser gente, é cumprindo com meus deveres, de tanto que ela argumentou, minha mãe concordou com ela e também passou a me exigir muito. Quando fui para a quinta série, fui com a letra bem redondinha, como a letra das meninas [...]

Evidenciamos que nas relações estabelecidas pelas pessoas com deficiência há exame, vigilância e suplício, requerem corpos dóceis e disciplinados mediante suas práticas e sanções as quais ocorrem em diversos aparelhos, como laboratórios e hospitais, fábricas, escola, etc. Para Foucault (1987), tornam cada indivíduo um “caso”, tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e questionado em sua própria individualidade. O indivíduo tem de ser treinado ou retreinado, classificado, normalizado e excluído. As ciências humanas determinam a disciplina como possibilidade política em que o biopoder, a regulação, os dispositivos de segurança estão na origem das ciências sociais.

Daí a formação de uma série de códigos da individualidade disciplinar que permitem transcrever, homogeneizando-os, os traços individuais estabelecidos pelo exame: código físico da qualificação, código médico dos sintomas, código escolar ou militar dos comportamentos ou dos desempenhos. Esses códigos eram ainda muito rudimentares, em sua forma qualitativa ou quantitativa, mas marcam o momento de uma primeira “formalização” do individual dentro de relações de poder. (FOUCAULT, 1987, p. 158).

Essas experiências nos levam a pensar no respeito às diferenças, uma ação extremamente importante no respeito ao corpo; o déficit atual precisa de estímulos para a superação e conquistas, não um castigo que induz a preservação dos processos excludentes. A conquista do ser humano não é realizar as atividades com perfeição mecânica, mas ter a oportunidade de desenvolver-se interagindo com as pessoas que o cercam, por meio dos reais princípios de igualdade.

Segundo Mello (1997), de acordo com as considerações de Hans Kelsen, a igualdade dos sujeitos é garantida pela Constituição, mas não significa que todos devem ser tratados de maneira idêntica nas normas ou leis expedidas com base na constituição, pois seria um absurdo impor a todos os indivíduos exatamente as mesmas obrigações, ou lhes conferir os mesmos direitos sem fazer distinção alguma, como por exemplo, entre indivíduos mentalmente sadios e alienados,



crianças e adultos. “[...] notória afirmação de Aristóteles, assaz de vezes repetida, cujos termos de igualdade consistem em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.” (MELLO, 1997, p. 10). Um princípio da isonomia que deve ocorrer à medida que as pessoas se desiguam. Alertamos para o fato de que tratar com desigualdade os desiguais não fere os princípios constitucionais e que o direito à igualdade não está impresso no fato de todos serem iguais ou assim serem tratados; as diferenças devem ser levadas em consideração, analisadas e reconhecidas.

[...] como a idéia de igualdade produz pressões e expulsões, gera promessas ilusórias de equidade e se fixa, somente, ao conjunto de direitos formais, administrativos e legais, negligenciando assim a autonomia, a irredutibilidade, a experiência e o acontecimento das diferenças. (SKLIAR, 2003, p. 108).

Skliar (2001) alerta para um cuidado importante com as formas de violência à condição humana em sua pluralidade, em que movimentos de apropriação de identidades acabam por destruí-las, pois diferenças não podem ser igualadas. A “diferença”, como termo cultural e político, não se opõe pelo contrário, não à igualdade, mas sim à mesmidade, ao fato de somente poder ser um mesmo, a negar que exista algo/alguém fora de nós mesmos, a não nos reconhecermos nos outros, a não ser, justamente, em nós mesmos. A condição de ser sujeito é construída em torno de relações com seu meio e constituída de interações afetivas, emocionais e culturais que provocam a construção do ser social.

Numa sociedade produtiva, torna-se difícil o respeito às diferenças. O corpo tem sido uma máquina de superação de limites e objetivado para a produtividade e perfeição. Ao que não responde aos padrões, aos quesitos estereotipados que a sociedade e o poder impõem resta a rejeição e exclusão.

Não conseguia sequer um emprego porque as pessoas não viam em mim potencial, quando consegui emprego numa fábrica onde o dono também tinha limitações e disse que me daria emprego porque sabia o que eu estava passando, eu fui para o pátio para separar e secar as madeiras que seriam transformadas em cabo de vassoura, lutei muito para realizar bem o meu trabalho, até que eu executava normal, aí o chefe gostou do meu trabalho e fui transferido para a fábrica. (U2).

Para Le Breton (2006), o processo de discriminação repousa no exercício preguiçoso da classificação, em que as pessoas só dão atenção aos traços facilmente identificáveis e impõem uma versão retificada do corpo, em que a diferença é transformada em estigma. O corpo diferente é um estranho, pois a pessoa passa a resumir sua presença pelas características de seu corpo, a anatomia como destino, a qual muito intervém na classificação desta. O corpo passa ser moldado não pela história pessoal do ator na sociedade, mas pelos olhos do preconceituoso. O U3 demonstra em sua vivência estas questões, “[...] eu sempre tive muita vergonha, mesmo depois de ter colocado a perna as pessoas me olhavam e falavam da moça da perna mecânica, parecia coisa de outro mundo como se eu fosse um ET, um robô com uma parte não humana.”

Nas análises de Goffman (1988), as pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção de seu eu, como “uma carreira moral”, que é causa e efeito do compromisso com uma seqüência semelhante de ajustamentos pessoais. Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos “normais”, adquirindo as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma idéia geral do que significa possuir um estigma particular. Outra fase é a que ela aprende que possui um estigma particular e detalhadamente as conseqüências de possuí-lo. A sincronização e interação dessas duas fases iniciais da carreira moral formam modelos importantes e estabelecem bases para um desenvolvimento posterior, fornecendo meios de distinguir entre as carreiras morais disponíveis para os estigmatizados.

Estas questões podem ser sentidas nas expressões das pessoas com deficiência física, exemplificamos com U4:

Vou me formar agora e uma aluna da comissão de formatura olhou para mim e disse que eu só iria na colação de grau e não teria condições de ir ao baile, são preconceitos, cabeça pequena, fiquei chateada com esta questão, só porque não consigo caminhar, porque não sou normal, isso me faz sentir uma aleijada. Vou fazer só uma festa para a família e só, não vou na formatura, não estou com espírito para fazer isso.

O olhar ao corpo ocorre pelo olhar imposto pela cultura, pela forma que é caracterizado na ótica de quem quer representar “[...] **meu corpo não é normal** e todos vêem claramente e a deficiência mental ou de caráter ela camufla porque não dá pra ver ou descrever exatamente o que ela é.” (U1, grifo nosso). “Me relaciono bem com as pessoas normais, **não me julgo normal** [...]” (U2, grifo nosso). “[...] acho que as pessoas que não são deficientes são normais e **eu não sou normal** porque eu não tenho o corpo correto como elas têm, como é certo ter, eu não consigo me movimentar e realizar tarefas da mesma forma.” (U4, grifo nosso). Ligado às normas de aparência, Le Breton (2003) evidencia que em nossa sociedade a repercussão de sistemas de valores é imensa e se fecha como uma armadilha sobre as pessoas que possuem diferenças em seu corpo, aos olhos dos humanos considerados “normais”. Evidenciamos, também, nessas falas, a eficácia das representações, nas quais o representado se inclui nelas, pois absorve os significados lançados.

Na busca da transformação corporal para a aproximação da normalidade as técnicas de aperfeiçoamento ao corpo são ampliadas e, mediante inúmeros rituais de exame, as pessoas com deficiência física são, constantemente, incentivadas a realizar intervenções no corpo, “*cyborg*”, ou seja, unir o homem à máquina.

Le Breton (2003), expressa que hoje é preocupante a concepção de corpo que nasce como um rascunho, pronto para ser corrigido. Para os profissionais e muitas pessoas, o corpo é o lugar onde o mundo é questionado, no qual sangue, músculos, humores, pele e muitos órgãos são colocados em evidência e de forma dissociada da pessoa, como elementos de uma obra que se tornam disponíveis para a metamorfose, para o suplício e até para o desaparecimento da carne. Nesse sentido a dor não é valorizada, não é um limite, é indiferente, ninguém se detém nela; no máximo é uma lembrança irrisória da carne, o protesto de uma carne vivida como máquina corporal que as tecnologias contemporâneas tornam obsoletas.

Muitas lutas, a fim de tornar o corpo com deficiência útil, eficiente e retificado, são requeridas por intermédio de auxílio ao corpo que consistem, basicamente, em equipamentos para melhorar o desempenho, como as próteses. Podemos evidenciar a crescente utilização de técnicas sobre o corpo, pois muitas pessoas com deficiência física tornam-se exemplos de *cyborgs*, as quais se utilizam

da tecnologia para adaptar o corpo e para completá-lo, U4 teve essa experiência, “Foi criada uma prótese externa que era amarrada na minha cintura e ferros que esticavam minhas pernas para me deixar andar e tentar andar.”

Le Breton (2003), define como “tentação demiúrgica” o desejo de corrigir, modificar o corpo, tentam eliminá-lo substituindo por uma máquina da mais alta perfeição. Toda essa luta ocorre, principalmente, pelo medo da morte. O corpo passa pelo domínio da tecnociência que tem a pretensão de remodelar, imaterializar e transformar em mecanismos controláveis, a fim de livrar o homem do “incômodo fardo” da fragilidade do corpo e escapar de sua precariedade, seus limites em busca de uma pureza técnica.

Se não tivermos uma consciência totalitária poderemos, neste caso, deixar permanecer ou imperar o dualismo homem-máquina, influenciando as identidades das pessoas com deficiência física. Ao mesmo tempo em que ocorre a busca para suprir a fragilidade do corpo físico, a prótese provoca questionamentos sobre a natureza do corpo. Todos os sujeitos da pesquisa expõem essa problemática; exemplificamos com U3 “[...] eu sempre tive muita vergonha, mesmo depois de ter colocado a perna as pessoas me olhavam e falavam da moça da perna mecânica, parecia coisa de outro mundo como se eu fosse um ET, um robô com uma parte não humana.”

O ciborgue é um homem aparelhado no qual a técnica interfere sensivelmente no funcionamento de seus comportamentos: um homem vivo com uma prótese e cuja existência é submetida a um controle regular de suas atividades. O hospital é o lugar predileto do ciborgue: a hemodiálise, as máquinas de reanimação, a aparelhagem para remediar uma deficiência [...] As antigas fronteiras entre o biológico e o mecânico atenuam-se ou dissolvem-se. (LE BRETON, 2003, p. 204).

Podemos presenciar na modernidade, na busca da superação da diferença e dos próprios limites humanos, o homem-máquina. Como incentivo à eliminação da carne, justificada pela possibilidade de ir contra a visão fragmentada do homem corpo/mente/máquina.

O discurso de Haraway<sup>5</sup> (2000) deseja romper com essa lógica dualista, para isso, afirma que somos todos *cyborgs*, coloca essa figura como representação de um híbrido entre homem-máquina, entre masculino e feminino, mudando o eixo nas relações de poder, de gênero, do dualismo para uma relação dialéti-

ca. A superação do corpo no *cyborg* conjura toda imperfeição e libera o sujeito contra qualquer dualismo, afinal, só existe injustiça em razão do corpo. Mostra a emanção do poder do corpo, corpo descentralizado de carne, raça, gênero, classe social; o corpo aqui serve como figura de ficção que explica a realidade social e parodia a política mediante a arte. O *cyborg* torna-se mapeamento ficcional da nossa realidade social e corporal, a desconstituição do sujeito por meio de questionamentos que colocam em cheque a originalidade do ser humano.

As pessoas com deficiência física tiveram, no decorrer de suas vidas, muitos incentivos para adaptar o corpo, muitas fizeram cirurgia para substituir partes do corpo com próteses ou retificar, incentivadas pelo saber médico, em virtude das inúmeras técnicas criadas para a adaptação do corpo. Tais intervenções se consolidam, geralmente, com desejo de tornar o corpo “normal”.

Destacamos U3, os rituais de exame que se submeteu e que resultaram no corpo *cyborg*.

[...] Usei esta botinha até 8 anos. Quando eu tinha 9 anos o Dr. resolveu colocar um aparelho na perna para alongar, tive muitas reações com este aparelho, infecção, febre. Eu não consegui mais movimentar a minha perna e tive que ficar em cadeira de rodas, eu era agitada, fazia tudo, de repente o médico interrompeu isso de mim, tive depressão. Neste período não tenho fotos, pois não deixei tirar, nunca quis, aqueles ferros todos em volta da minha perna. Eu dobrava o joelho ao dormir e pela manhã não conseguia esticar, alongou uns centímetros, mas meu joelho ficou torto até hoje por causa do aparelho, era muita preocupação porque se eu quebrasse aquele ferro dentro do osso eu teria que amputar minha perna. [...] eram ferros retos e rodas de ferro e uma dessas rodas entrou na minha perna na parte de trás, tenho a cicatriz até hoje ela é enorme, quase atingiu o osso. Eu estava morrendo e o médico não queria tirar o aparelho, ele dizia que era assim mesmo, foi uma fase terrível porque eu sempre fui gordinha e saudável, aí lembro que emagreci [...] não podia ir para a escola. Naquela cadeira de rodas as pessoas vinham lá em casa e me viam daquele jeito. Depois tentei sair da cadeira, andar de muletas, mas tinha medo de cair e me machucar, foi uma fase que de tudo foi a mais difícil, a pior que passei, [...] Certa vez minha mãe falou que eu não voltaria com o aparelho para casa, pois eu estava passando muito mal, infeccionou, estava muito ruim e febre muito alta [...] Chegando no consultório, o médico tratou

minha mãe muito mal, porque ela não aceitava o que ele estava fazendo e ela obrigou a tirar o aparelho, o médico dizia que não, porque era para o meu bem e minha mãe o acusou de estar me matando e que era para tirar naquele momento; minha mãe o obrigou, depois de muita discussão e ameaças de que ela iria na delegacia ele me levou na sala da enfermaria e tirou aquele aparelho de forma estúpida puxando tudo, sem anestesia, doía muito eu chorava e gritava muito de dor. Fui mais 3 vezes com esse médico até cicatrizar e fiquei de muleta, já não podia usar minha botinha porque meu joelho estava travado, foram 3 anos para me recuperar, fazendo fisioterapia, depois outro médico deu a opção de recolocar o aparelho ou amputar minha perna e eu amputei para colocar prótese.

Os incentivos para adaptar o corpo nem sempre são positivos, muitas vezes a adaptação pode tornar-se uma agressão ao corpo. O sofrimento, a dor e os riscos de vida nem sempre compensam os resultados que, muitas vezes, são desastrosos. O incentivo ao corpo ciber deve ser questionado e problematizado, pois nada substitui a harmonia da composição natural do corpo humano.

A reflexão surge em torno do ser humano, o qual é obrigado a superar os limites que colocam em risco a integridade física, em razão da meta de moldar o corpo, a fim de torná-lo o mais próximo dos padrões de normalidade.

Evidenciamos que dentre as exigências e modelos desejados, o corpo é a primeira impressão, tem sido uma máquina de superação de limites e objetivado para a produtividade e perfeição. Ao que não responde aos padrões, aos quesitos estereotipados que a sociedade e o poder impõem, resta a rejeição e exclusão. A pessoa que possui diferenças “[...] vive as duas situações: uma em que é considerado como aquele que não cumpre de maneira adequada e eficiente as exigências e as regras de convivência em sociedade; e outra, em que não tem direito ao livre exercício de suas diferenças.” (TOMASINI, 1998, p. 119).

São aspectos significativos que influenciam na constituição do indivíduo. O corpo é o “escudo” de contatos e relações, define e caracteriza a imagem do desvio às regras e a identidade dos universitários com deficiência física. Constantemente, são limitados no acesso aos direitos como cidadãos e de serem diferentes. O corpo tem sido um dos principais instrumentos de manipulação a fim de imperar os ideais ou interesses do universo dominante, da política, da educação, da ciência, da tecnologia, etc.

Precisamos considerar que o mínimo de respeito humano, evitar sua dor, deverá existir, pois a sensibilidade existe por mais ciborguizado que seja o corpo. O incentivo às intervenções ao corpo, para deixarem de ser “anormais” são impressos pela cultura e pela sociedade, as quais definem e exigem corpos perfeitos e produtivos, determinados pelos padrões da normalidade.

Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 1987, p. 117).

As pessoas com deficiência física refletem toda a força das tecnologias da subjetivação que produzem as formas de ser humano, de sentir e de reagir diante das diferenças, ante a sua imagem de corpo. A definição do “eu” está vinculada às regras da normalidade em virtude das representações estabelecidas e compreendem seu corpo como anormal, aleijado, ET, torto, máquina.

A exclusão do corpo “imperfeito”, que não corresponde a todas as exigências do sistema de produção, desencadeia sentimentos de impotência, pois, “[...] no sistema de expectativa não é mais aceito, o corpo se apresenta de repente com uma evidência inevitável, ele se torna incômodo, não está mais atenuado para o bom funcionamento do ritual.” (LE BRETON, 2006, p. 74). São questões que para as pessoas com deficiência física fazem parte de um jogo sutil que gera angústia e mal-estar, ou seja, o desconforto da rejeição. Muitos questionamentos pessoais surgem a cada nova relação, de como serão aceitos e respeitados em sua dignidade e potencial. Porém, não alimentam sentimentos de derrota, lutam e acreditam na conquista de espaço.

Na trajetória vivenciada pelas pessoas com deficiência física, ao sair de casa e tentar ser cidadão, a grande dificuldade percebida é o quanto o corpo marca a presença, “Eu acho que a deficiência física é uma das mais sutis deficiências porque a deficiência física ela já te diz o que ela é. Tem muito maluco aí que é perfeito e é um maluco, a deficiência física ela não te esconde nada ela é aquilo e acabou [...]” (U1). “As pessoas olham muito para a deficiência, é difícil esconder, eu sempre escondi muito, tinha vergonha, tive pessoas que me ajudaram e

às vezes uso sandália, ou uma saia um pouco mais curta, mas a prótese é muito visível.” (U3). “[...] eu tenho defeitos e todo mundo vê, a deficiência física não esconde nada, é difícil camuflar.” (U5). O corpo transforma-se num *outdoor*, de muitas “marcas” impressas pelo outro, dependendo do olhar, essas marcas tornam-se estigmas.

Nesses atores o corpo não passa despercebido como manda a norma da discrição e quando esses limites de identificação somáticos com o outro não mais ocorrem, o desconforto se instala. O corpo estranho se torna corpo estrangeiro e o estigma social funciona então com maior ou menor evidência conforme o grau de visibilidade da deficiência. O corpo deve ser apagado, diluído, na familiaridade dos sinais funcionais. Mas, com a simples presença física, o ‘deficiente’ físico ou o ‘louco’ perturbam a regularidade fluida da comunicação. Proibindo o próprio corpo, eles suscitam o afastamento bastante revelador da atitude de nossas sociedades para com a corporeidade. (LE BRETON, 2006, p. 50).

Em muitas situações as atitudes da sociedade destinadas as pessoas com deficiência física são humilhantes, de desaprovação à sua condição corporal, por ela ser visivelmente expressiva. “Quanto mais a deficiência é visível e surpreendente (um corpo deformado, um tetraplégico, um rosto desfigurado, por exemplo), mais suscita a atenção social indiscreta que vai do horror ao espanto e mais o afastamento é declarado nas relações sociais.” (LE BRETON, 2006, p. 75). Quando os universitários com deficiência física saem nas ruas, os olhares e comentários indiscretos os acompanham, causando mal-estar, pois refletem sentimentos de compaixão, pena, reprovação, angústia, etc.

[...] a aparência intolerável coloca em dúvida um momento peculiar de identidade chamando a atenção para a fragilidade da condição humana, a precariedade inerente à vida. O homem com deficiência lembra, unicamente pelo poder da presença, o imaginário do corpo desmantelado que assombra muitos pesadelos. Ele cria a desordem na segurança ontológica que garante a ordem simbólica. As reações que provoca tecem uma sutil hierarquia de terror; classificam conforme o índice de derrogação às normas de aparência física. (LE BRETON, 2006, p. 75).



O sentir-se “aleijado” pode prover o afastamento do convívio social. Para Foucault (1987), é o exame que combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. Define que é o exame que reúne a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade, que nos processos de disciplina manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. “É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual são diferenciados e sancionados.” (FOUCAULT, 1987, p. 154).

A visibilidade da deficiência, por intermédio das marcas corporais, tem efeito de negação sobre as pessoas com deficiência física resultando na negação de seus direitos, “[...] porque eles não enxergavam a pessoa e sim a deficiência da pessoa; só me diziam você não pode porque o serviço é pesado, porque não iria conseguir; sempre uma forma de negação por causa da deficiência.” (U2). “Com três meses de posse num cargo público mudaram a sala para o segundo piso, sem acesso nenhum, passaram a impedir o meu acesso e não aceitavam ter uma pessoa para ajudar, mas eu lutei e consegui, nos dois últimos anos criaram um cargo, consegui criar um cargo onde teria uma pessoa para me ajudar.” (U5). Os espaços tornaram-se extremamente restritos, limitando as possibilidades de exercer a cidadania. Assim, “[...] a deficiência não pode ser entendida como um dado, mas como algo construído culturalmente. E construído sobre o estigma da exclusão.” (FONSECA, 1997, p. 124).

Infelizmente, na própria Educação Física, uma área da educação que tem seus principais objetivos voltados às vivências corporais, não proporcionou a valorização do corpo com diferenças e o manteve excluído de suas práticas. Todas as pessoas com deficiência física pesquisadas revelam a indiferença. A falta de estímulo adequado faz com que o aluno fique, simplesmente, fora da brincadeira:

Algo muito difícil para mim foi com a Educação Física; eu também queria fazer e era impedida porque eram realizados jogos, não tinha atividades para mim como xadrez, ou outras atividades que eu pudesse participar. Eu lembro que na escola, nunca tive uma atividade que eu pudesse interagir com o grupo; eu não interagia, faltou isso na minha educação, eu nunca participei. (U3).

Quando um aluno apresenta dificuldades motoras para acompanhar o ritmo, a velocidade, enfim, toda a dinâmica da atividade requer uma atenção especial para que ele possa vir a desenvolver. Precisamos criar adaptações, possibilidades para que o aluno possa fazer parte do grupo.

A história da Educação Física é longa e conhecida nessa dedicação de fabricar corpos disciplinados e submissos. Em duas áreas sua eficiência foi demonstrada com maior empenho. Na formação de corpos guerreiros e na formação de corpos atletas. Interessante lembrar que não se preocupou com o corpo trabalhador, proletário. (SANTIN, 1993, p. 65).

O U5 nos apresenta o exemplo de sua mãe que o estimulou na realização de atividades corporais, que muito contribuíram no seu desenvolvimento, provando que é possível: “Minha mãe selecionava os brinquedos para eu brincar, muitos não poderia brincar, mas meus irmãos me ajudavam. Apesar de tudo eu nunca fiquei dentro de casa, nós adaptávamos tudo para que eu pudesse participar. Para meus irmãos, isso fazia parte da brincadeira.” (U5). Esta é uma dica importante, que as próprias adaptações, as atitudes para contribuir com a participação dos alunos com deficiência física são parte da brincadeira.

Ser excluído de atividades por ser julgado incapaz é uma ação de desvalorização humana, de não ser confiado na capacidade própria. Porém, com a ajuda das pessoas que os estimulam, é possível participar, ser estimulado, sabemos o quanto isso é importante para seu desenvolvimento.

Na minha infância, sempre tentei fazer tudo o que queria e podia fazer: para andar de bicicleta, amarravam uma caixa no bagageiro e me carregavam; íamos pescar debaixo da ponte, no carrinho de rolimã; criamos um encosto onde me amarravam e eu andava, brincava de esconde-esconde, futebol, onde no começo me colocavam no gol para me ver levar bolada na cara. Depois criei o futebol sentado, onde todos deveriam jogar sentados até meus amigos normais, foi tão legal que criamos um campeonato jogando assim, havia até premiações com medalhas. (U5).

Para as pessoas com deficiência física, a família tem sido, em muitos casos, um grande apoio para a superação de muitas dificuldades, o que nos indica que “Sabemos que o respeito por si mesmo e pelo outro surgem nas relações de

aceitação mútua e no encontro corporal, no âmbito de uma confiança mútua e total.” (MATURANA, 2004, p. 21).

Nesse contexto, Maturana (2004) expressa que, na nossa vida diária o brincar é um elemento principal, uma atividade realizada como plenamente válida em si mesma, sendo a brincadeira vivida no presente de sua realização e desempenhada de modo emocional, sem nenhum propósito que lhe seja exterior. É a atenção, orientação interna sob a qual é vivida no momento que caracteriza um comportamento específico como brincadeira. Todo o comportamento que é vivido fora dos domínios do propósito ou da intencionalidade ocorre como válido em si mesmo como brincar, é vivido o brincar e torna-se meio de interações humanas e reflete na aceitação pessoal da corporeidade.

O olhar ao ser em sua totalidade é de suma importância para melhor compreendê-lo e ajudá-lo em suas necessidades e dificuldades.

### 3 CONCLUSÃO

Evidenciamos que inúmeros obstáculos se consolidaram em consequência da constituição corporal das pessoas com deficiência física no decorrer de suas vidas. A riqueza das expressões está no fato de mostrar as marcas e representações produzidas, em razão do corpo com deficiência, na constituição pessoal, social e cultural. Expressões que demonstram as inúmeras superações para a conquista de direitos básicos, inclusive o direito à vida.

As pessoas com deficiência física expressam concepções carregadas de estigmas que estão ligados à imagem e auto-imagem do corpo, sendo este uma marca definidora de identidades deficientes por não apresentar o perfil “normal”. Passam a enfrentar o distanciamento e são depreciados na globalidade humana, numa representação de SER deficiente, em função do olhar do outro. “O outro deficiente foi inventado em termos de uma alteridade maléfica, de uma negatização de seu corpo, de uma robotização de sua mente [...] maléfica invenção: a construção da normalidade.” (SKLIAR, 2003, p. 168).

As referências às pessoas com deficiência física sempre estiveram mais preocupadas com definições de nomenclaturas a fim de nomeá-los, ou de conceitos clínicos para diagnosticar os tipos de deficiência e intervir de forma tera-

pêutica, limitando-os em grupos específicos de “tratamento”, consolidando sua identidade deficiente de modo excludente, destacando a anormalidade. Esqueçamos que suas necessidades e direitos poderiam ser atendidos na especificidade de cada um, sem precisar integrá-los numa sociedade à parte, ou seja, num modelo de exclusão.

Os espaços para a valorização da corporeidade, das vivências do corpo, das pessoas com deficiência física foram e são restritos, portanto torna-se um tema que merece ser analisado, para encontrarmos possibilidades de vivências corporais positivas, principalmente na Educação Física.

Um fator importante é que os universitários com deficiência física não tornam a deficiência um impeditivo, mas um estímulo para lutar, conquistar seus objetivos e provar sua capacidade. A universidade tem sido um espaço fértil para superar os espaços sociais excludentes. A luta pela inclusão e a superação do “eu deficiente” torna-se constante, definem como a oportunidade de “ser alguém na vida”, esta busca está ocorrendo em inúmeros espaços, porém é na educação que os universitários estão encontrando suporte. A participação na universidade possibilita a ampliação da realização e crescimento pessoal: “Quando eu concluir [...] quero estudar Direito, porque é meu sonho, está dentro de mim [...] a universidade me proporcionou outra vida, me fez sentir como pessoa capaz.” (U2).

Estar na universidade tornou-se um espaço de compreensão do ser social e de estímulos para a conquista de valorização humana e consciência corporal, “tranqüilizar” o corpo ao assumir sua constituição.

### ***Physical disability people corporal experiences***

#### *Abstract*

*This article describes recovers of the atudy it investigated the representation of the body, expressed in the discourse of people with physical disability (handicapped) who attend the graduation courses at Universidade do Vale do Itajaí (Univali). In order to do so, the research took de life stories of the subjects involved*

*as its main empirical instrument, following an analysis and qualitative interpretation about the subjective constitution and the marks imprinted by the discourse and the view of the other in the corporal life of five handicapped university students. The main theoretical correspondents who inspired the analysis of the data were Delgado, Foucault, Le Breton, Santin, Skliar, Silva, Louro.*

*Keywords: Physical disability. Corporal life.*

## Notas explicativas

- <sup>1</sup> Produção a partir da Dissertação de Mestrado em Educação nas Ciências; Unijuí, Ijuí, RS, 1996.
- <sup>2</sup> Descartes (1985), responsável pela visão fragmentária, concepção de homem em dualidade corpo-espírito. O universo consiste de duas diferentes substâncias: as mentes, ou substância pensante, e a matéria, a última sendo basicamente quantitativa, teoricamente explicável em leis científicas e fórmulas matemáticas. Enfim, o importante e o que constitui o preceito metodológico básico apontado, que só se considere verdadeiro o que for evidente, ou seja, o que for intuível com clareza e precisão, uma maquinação.
- <sup>3</sup> A numeração dos universitários foram definidas pela ordem de pesquisa, e abreviado com a letra U, (U1)-(U2)-(U3)-(U4)-(U5).
- <sup>4</sup> O poder não é um objeto, uma coisa, mas uma relação, é algo que se exerce, não diremos que o poder existe, mas relações de poder, o poder é algo que funciona, como uma maquinação, como uma máquina social, que não está situado em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social, onde há poder há resistência. As lutas contra o exercício do poder não podem ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento do poder, pois qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, uma teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar, está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força (FOUCAULT, 1979, p. 14).
- <sup>5</sup> Donna Haraway escreveu o Manifesto de Ciborg, num movimento feminista como representação da subjetividade feminina, como organismo cibernético híbrido mistura de homem/máquina, feminino/masculino e tenta encaminhar as feministas para o aproveitamentos dessa época turbulenta para desestabilizar o poder patriarcal.

## REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. Discurso do Método. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Educ, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

\_\_\_\_\_. **A sociologia do corpo**. Tradução Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Copyright, 1988.

HARAWAY, J. Donna. **Antropologia do Ciborgue – As vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MATURANA, Humberto R. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. Humberto R. Maturana, Gerda Verden-Zöller. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, 1997.

SANTIN, Silvino. **Educação Física & esportes**: Perspectivas para o século XXI. Campinas, SP: Papirus, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação** – um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**. E se o outro não estivesse nem aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 1998.

Recebido em 28 de setembro de 2007

Aceito em 16 de novembro de 2007

